

Economista adverte sobre dívida pública

Marcello Sigwalt

Da Meridional

Rio — A dívida pública poderá ficar fora de controle, caso o governo não respeite regras financeiras básicas, segundo as quais as taxas de juros reais precisam acompanhar o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), o que não vem ocorrendo hoje. Enquanto as taxas chegam a variar de 15% a 35% reais/ano, o PIB apresentou crescimento de 5%, em 1993.



A advertência é do economista Lauro Vieira de Farias, redator-chefe da revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, para quem a dívida interna, se os ajustes nesse sentido não forem feitos, entrará em rota explosiva, com consequências imprevisíveis para a economia nacional.

No momento, analisa Lauro Vieira, tal regra vem sendo desrespeitada pelo Executivo, situação que pode se agravar durante o processo de estabilização, quando é prevista nova subida de juros, a pretexto de conter uma virtual explosão de consumo.

“A política de juros elevados praticada pelo governo, a continuar ascendente, certamente afetará o plano econômico, pois o comprometimento do Orçamento, em razão do pagamento dos juros, se tornará cada vez maior”, diz.

Rolagem — Cerca de 10% do bolo orçamentário da União (US\$ 80 bilhões) estão sendo consumidos, atualmente, somente com o pagamento dos juros reais para rolagem da dívida, percentual, de acordo com o economista da FGV, muito superior à média internacional. “Como a tendência é de alta dos juros, será preciso destinar volume maior de recursos tributários para manter o serviço da dívida”, alerta.

Também os juros integram tal preceito. Segundo Lauro Vieira, à medida que as taxas sobem, menos recursos restam para investimentos produtivos, que são obrigação do Estado. Uma das principais consequências do quadro traçado por Vieira é a continuidade de um modelo econômico atrelado ao mercado financeiro.

Em sua avaliação, a redução dos juros reais incidentes sobre a dívida constitui uma medida de longo prazo, a qual tem de ser acompanhada pela aceleração do programa de privatização.

Vieira defende a necessidade do governo vender as ações das estatais e, com os recursos resultantes da operação, recomprar sua dívida, ou pelo menos abater parte dela, tendo em vista mantê-la sob controle.

Emissão — Outra possibilidade levantada pelo economista seria a monetização da dívida pública, isto é, a emissão de papel-moeda na proporção que esta se expandisse. Entretanto, essa alternativa aumentaria muito a liquidez da economia, com reflexos desastrosos sobre a inflação, que poderia ficar descontrolada.

Medida já tentada e fracassada (governo Collor), Vieira cita o alongamento da dívida, que se mostra inócua, uma vez que o governo, pelo desajuste de suas contas, acaba por retornar ao mercado financeiro em busca de novos recursos. Para tanto, porém, será obrigado a elevar, novamente, as taxas de juros, tornando-as atraentes para os investidores.

A pressão por gastos públicos, especialmente num ano eleitoral, é um elemento adicional de preocupação para o controle da dívida. De acordo com Vieira, as pressões surgem de todos os lados e não haverá cobertura suficiente de receita tributária para suportar tais gastos.